

Paulo Lôbo

Direito Civil

Parte Geral

volume 1

7ª edição

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2271-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 1 : parte geral / Paulo Lôbo. – 7.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil - Brasil I. Título.

17-1234

CDU 347 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

347 (81)

Presidente Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Daniel Pavani Naveira**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolani

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Fermino

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Fernando Penteado

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio**Diagramação e revisão** Markelangelo Design e Projetos Editoriais**Comunicação e MKT** Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Capa**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Geográfica**Data de fechamento da edição: 6-10-2017**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL. 604468 CAE 623577

SUMÁRIO

Nota de abreviações	7
Apresentação	15
CAPÍTULO I	
Conteúdo do Direito Civil Contemporâneo	17
1.1. Conceito e Dimensão do Direito Civil	17
1.2. Matérias que Integram o Direito Civil Brasileiro Atual	18
1.3. O Direito Civil no Contexto do Direito Privado	21
1.4. A Função da Codificação Civil e sua Crise.	26
1.5. O Direito Civil Brasileiro no Sistema Jurídico Romano-Germânico . .	30
1.6. O Direito Civil em Outros Grandes Sistemas Jurídicos	32
1.7. Breve Evolução Histórica do Direito Civil Brasileiro	34
1.8. Origem e Função da Parte Geral.	43
1.9. Lei de Introdução	45
1.10. O Direito Civil no Processo de Integração Latino-Americano	46
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito Civil.	50
2.1. Delineamentos da Constitucionalização do Direito Civil.	50
2.2. Origens e Desenvolvimento do Tema no Direito Brasileiro	53
2.3. Críticas à Constitucionalização do Direito Civil.	57
2.4. O Direito Civil no Estado Social.	59
2.5. Tradição Patrimonialista do Direito Civil e as Tendências de Repersonalização.	62
2.6. Força Normativa da Constituição nas Relações Cíveis.	64
2.7. Constitucionalização dos Principais Institutos de Direito Civil	65
2.8. A Imprescindibilidade da Constitucionalização do Direito Civil	68
CAPÍTULO III	
Princípios do Direito Civil	70

3.1.	Princípios Jurídicos.	70
3.2.	Aplicabilidade Direta dos Princípios Constitucionais ao Direito Civil .	75
3.3.	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	79
3.4.	Princípio da Solidariedade	82
3.5.	Princípio da Igualdade	86
3.6.	Princípio da Liberdade	89
3.7.	Princípio da Autonomia Privada	91
3.8.	Princípio da Função Social.	93
3.9.	Princípio da Boa-Fé	95

CAPÍTULO IV

Pessoa Física e Outros Sujeitos de Direito	98	
4.1.	Conceito de Pessoa	98
4.2.	Sujeito de Direito e Entes Não Personalizados	101
4.3.	Nascituro	104
4.4.	Tempo da Pessoa Física: Início e Extinção	108
4.5.	Registro Civil da Pessoa Física	112
4.6.	Capacidade Civil	116
4.7.	Capacidade Legal da Pessoa com Deficiência.	117
4.8.	Capacidade de Exercício.	121
4.9.	Absolutamente Incapaz	123
4.10.	Relativamente Incapazes.	124
4.11.	Maioridade.	127
4.12.	Emancipação	128
4.13.	Outros Modos de Cessação da Incapacidade Civil	130
4.14.	Lugar das Pessoas Físicas: Domicílio e Residência	131
4.15.	Ausência.	134

CAPÍTULO V

Direitos da Personalidade.	139	
5.1.	Reconhecimento dos Direitos da Personalidade	139
5.2.	Características Essenciais dos Direitos da Personalidade	141
5.3.	Direito Geral da Personalidade e a Tipicidade Aberta	145
5.4.	Tipos Mais Gerais de Direitos da Personalidade.	146
5.5.	Tipos Constitucionais dos Direitos da Personalidade	170
5.6.	A Questão da Autolimitação ou Disponibilidade dos Direitos da Personalidade.	171
5.7.	Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica	178

CAPÍTULO VI

Pessoa Jurídica	180
6.1. Conceito e Abrangência da Pessoa Jurídica	180
6.2. Funções e Teorias sobre a Pessoa Jurídica	185
6.3. Elementos da Pessoa Jurídica	188
6.4. Atos Constitutivos e Efeitos do Registro da Pessoa Jurídica	189
6.5. Órgãos da Pessoa Jurídica	191
6.6. Desconsideração da Personalidade Jurídica	192
6.7. Entidades Não Personificadas	197
6.8. Associações Cíveis	200
6.9. Fundações de Direito Privado	212
6.10. Organizações Religiosas	216
6.11. Extinção das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	217
6.12. Domicílio das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	218

CAPÍTULO VII

Bens e Coisas	220
7.1. Conceito de Bens e Coisas	220
7.2. Patrimônio	224
7.3. Bens Imóveis	225
7.4. Bens Móveis	228
7.5. Bens Fungíveis	231
7.6. Bens Consumíveis	232
7.7. Bens Divisíveis	233
7.8. Bens Singulares e Coletivos	234
7.9. Bens Principais e Acessórios	235
7.10. Pertenças	237
7.11. Benfeitorias	238
7.12. Bens Públicos	240

CAPÍTULO VIII

Fatos Jurídicos Cíveis	243
8.1. Conceito de Fato Jurídico	243
8.2. Do Suporte Fático ao Fato Jurídico	244
8.3. Planos do Mundo do Direito	248
8.4. Classificação dos Fatos Jurídicos	252
8.5. Fatos Jurídicos em Sentido Estrito	253
8.6. Atos-Fatos Jurídicos	255

8.7.	Atos Jurídicos em Sentido Amplo.	257
8.8.	Atos Jurídicos Lícitos	259
CAPÍTULO IX		
	Negócio Jurídico	262
9.1.	Conceito e Elementos do Negócio Jurídico	262
9.2.	Negócios Jurídicos Unilaterais, Bilaterais e Plurilaterais.	266
9.3.	Outras Espécies de Negócios Jurídicos.	268
9.4.	Requisitos de Validade do Negócio Jurídico.	270
9.5.	Exteriorização da Vontade e Interpretação do Negócio Jurídico.	274
9.6.	Representação	278
9.7.	Condição no Negócio Jurídico.	287
9.8.	Termo e Prazo do Negócio Jurídico	291
9.9.	Encargo no Negócio Jurídico	293
CAPÍTULO X		
	Defeitos dos Negócios Jurídicos.	295
10.1.	Espécies de Defeitos.	295
10.2.	Erro Substancial.	296
10.3.	Dolo.	300
10.4.	Coação	303
10.5.	Lesão	306
10.6.	Estado de Perigo.	310
10.7.	Fraude Contra Credores.	311
CAPÍTULO XI		
	Invalidez dos Negócios Jurídicos.	317
11.1.	Plano da Invalidez	317
11.2.	Características Convergentes e Divergentes da Nulidade e da Anulabilidade.	319
11.3.	Hipóteses de Nulidade.	322
11.4.	Simulação.	327
11.5.	Conversão do Negócio Jurídico Nulo	330
11.6.	Anulabilidade.	333
11.7.	Prazos de Decadência para a Anulabilidade	335
11.8.	Conservação do Negócio Jurídico Inválido	336
CAPÍTULO XII		
	Ilícitos Civis	339
12.1.	Ilícitos Civis em Geral	339

12.2. Sanções ou Penas Cíveis	341
12.3. Espécies de Ilícitos Cíveis	343
12.4. Ato Ilícito	345
12.5. Contrariedade a Direito	346
12.6. Imputabilidade	347
12.7. A Culpa Como Requisito do Ato Ilícito	348
12.8. Pré-Exclusão de Ilicitude	350
12.9. Abuso do Direito	353

CAPÍTULO XIII

Prescrição e Decadência	357
13.1. O Tempo e o Exercício do Direito	357
13.2. Prescrição	360
13.3. Interrupção e Suspensão da Prescrição	365
13.4. Prazos da Prescrição	370
13.5. Decadência	373

CAPÍTULO XIV

Prova dos Fatos Jurídicos Cíveis	378
14.1. Conteúdo e Espécies	378
14.2. Confissão	381
14.3. Documento	383
14.4. Escritura Pública	388
14.5. Documento Eletrônico	390
14.6. Testemunho	391
14.7. Perícia	395
Bibliografia	399

Paulo Lôbo

Direito Civil

Obrigações

volume 2

7ª edição
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-15-6

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajcs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maia (coord.)
Juliana Bojczuk Ferrmino
Kelli Priscila Pinto
Manliá Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Designios Editoriais

Revisão Caio Cobucci Leite
Silvana Cobucci

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marti Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 2 : obrigações / Paulo Lôbo. – 7.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.1. Direito civil - Brasil 2. Obrigações (Direito) - Brasil I.
Título.

18-1535

CDU 347.4 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Obrigações : Direito civil 347.4 (81)

Data de fechamento da edição: 15-10-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605392 CAE 630776

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Obrigações em Geral	15
1.1. Direito das Obrigações	15
1.2. Conceito e Pressupostos das Obrigações	20
1.3. Distinção entre Dívida e Obrigação	22
1.4. Execução Forçada	23
1.5. Dívida e Responsabilidade.	25
1.6. O Papel da Causa nas Obrigações	29
1.7. Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado	30
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito das Obrigações.	35
2.1. A Constitucionalização das Obrigações.	35
2.2. As Etapas do Constitucionalismo e a Evolução Contemporânea do Direito das Obrigações	37
2.3. Inserção do Direito das Obrigações no Estado Social	38
2.4. Repersonalização do Direito das Obrigações.	39
2.5. Fundamentos Constitucionais do Contrato.	41
2.6. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade por Danos.	45
CAPÍTULO III	
Fontes das Obrigações	48
3.1. Classificação das Fontes	48
3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes	51
3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro	53
3.2. Nossa Posição	55

CAPÍTULO IV

Relação Jurídica Obrigacional.	58
4.1. Relação Jurídica Pessoal e Relativa	58
4.2. Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos.	62
4.3. Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro	63
4.4. Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de Terceiros	65
4.5. Tutela Externa do Crédito	66
4.6. A Relação Obrigacional como Processo.	69

CAPÍTULO V

Prestação	72
5.1. A Prestação como Objeto da Obrigação	72
5.2. Direito à Prestação ou Direito de Crédito	73
5.3. Licitude da Prestação.	74
5.4. Determinação da Prestação	75
5.5. Possibilidade e Impossibilidade da Prestação. Superendividamento.	77
5.6. Prestações Instantâneas e Duradouras.	81
5.7. Imputação de Responsabilidade	81

CAPÍTULO VI

Deveres Gerais de Conduta.	83
6.1. Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta.	83
6.2. Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações.	87
6.2.1. Deveres pré e pós-contratuais	90
6.2.2. Dever de não agir contra os atos próprios	95
6.3. Dever de Realizar a Função Social.	97
6.4. Dever de Equivalência Material das Prestações	100
6.5. Dever de Equidade	101
6.6. Dever de Informar.	103
6.7. Dever de Cooperação	108

CAPÍTULO VII

Obrigações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem Pretensão	111
7.1. Direitos sem Pretensão	111
7.2. Dívidas Prescritas	113

7.3.	Obrigações Judicialmente Inexigíveis	114
7.4.	Dívidas de Jogo e de Aposta	115
CAPÍTULO VIII		
	Obrigações de Fazer e de Não Fazer.	117
8.1.	Primazia das Obrigações de Fazer	117
8.2.	Obrigações de Fazer	118
	8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer	119
	8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer	121
8.3.	Obrigações de Não Fazer.	122
	8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer	124
	8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer	125
CAPÍTULO IX		
	Obrigações de Dar	127
9.1.	Obrigações de Dar.	127
9.2.	Obrigações de Dar Coisa Certa	128
	9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	129
	9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos	130
9.3.	Obrigações de Restituir	130
9.4.	Obrigações de Dar Coisa Futura.	132
9.5.	Obrigações de Dar Coisa Incerta.	134
	9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta.	136
CAPÍTULO X		
	Obrigações Alternativas	138
10.1.	Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha	138
	10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas	140
10.2.	Impossibilidade da Prestação Alternativa.	141
10.3.	Obrigações Facultativas.	143
CAPÍTULO XI		
	Obrigações Indivisíveis e Divisíveis	144
11.1.	Obrigações Indivisíveis	144
11.2.	Obrigações Divisíveis	147
11.3.	Pluralidade de Participantes	148
	11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores	149
11.4.	Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível	150

CAPÍTULO XII

Obrigações Solidárias	151
12.1. Obrigações Solidárias	151
12.2. Solidariedade Ativa	154
12.3. Solidariedade Passiva	159
12.3.1. Mora na solidariedade passiva	162
12.4. Na Fiança Não Há Solidariedade	163
12.5. Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário. .	164
12.6. Rateio entre os Devedores Solidários	165
12.7. Impossibilidade da Obrigação Solidária	166
12.8. Extinção da Obrigação Solidária	167

CAPÍTULO XIII

Transmissão das Obrigações	169
13.1. Transmissão de Créditos e Dívidas	169
13.2. Cessão de Crédito	170
13.2.1. Forma da cessão de crédito	174
13.2.2. Notificação do devedor	175
13.2.3. Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão	176
13.2.4. Cessões legais de crédito	177
13.2.5. Responsabilidades do credor cedente	178
13.2.6. Créditos intransmissíveis	179
13.2.7. Pluralidade de cessões de crédito	181
13.3. Assunção de Dívida	181
13.3.1. Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida	184
13.3.2. Assunção de adimplemento	185
13.4. Cessão de Contrato	186

CAPÍTULO XIV

Adimplemento	188
14.1. Concepção do Adimplemento	188
14.2. Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir)	191
14.3. Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir)	193
14.4. Objeto do Adimplemento	196
14.4.1. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	197
14.4.2. A correção monetária do valor da prestação	199
14.4.3. Índices e parâmetros de atualização monetária	201
14.4.4. Proibições e limitações de índices de correção monetária.	202
14.4.5. Correção monetária excessiva como cláusula abusiva.	203
14.4.6. Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes	204

14.5.	Prova do Adimplemento. Quitação	207
14.6.	Lugar do Adimplemento	211
14.7.	Tempo do Adimplemento	214
14.8.	Adimplemento Substancial	216
CAPÍTULO XV		
	Modos Eventuais de Adimplemento	221
15.1.	A Razão de Serem Modos Eventuais	221
15.2.	Consignação em Adimplemento	221
15.3.	Adimplemento com Sub-rogação.	227
15.4.	Imputação do Adimplemento	231
15.5.	Dação em Adimplemento	233
15.6.	Compensação	236
	15.6.1. Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação	241
	15.6.2. Hipóteses de exclusão da compensação	243
15.7.	Confusão.	244
15.8.	Novação	246
15.9.	Remissão de Dívida	251
CAPÍTULO XVI		
	Inadimplemento das Obrigações.	255
16.1.	Inadimplemento em Geral.	255
	16.1.1. Culpa ou dolo no inadimplemento	258
	16.1.2. Caso fortuito e força maior	260
16.2.	Mora	261
	16.2.1. Mora do devedor	263
	16.2.2. Mora do credor	265
	16.2.3. Purgação da mora	268
16.3.	Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor.	269
16.4.	Perdas e Danos pelo Inadimplemento	271
16.5.	Juros Legais	278
16.6.	Arras e Direito de Arrependimento	285
16.7.	Violação Positiva da Obrigação	289
16.8.	Inadimplemento Antecipado	291
CAPÍTULO XVII		
	Cláusula Penal	293
17.1.	Características	293
17.2.	Funções da Cláusula Penal	294
17.3.	Limites Legais da Cláusula Penal	298
17.4.	Redução Judicial e Aplicação da Equidade	300

CAPÍTULO XVIII

Atos Unilaterais	303
18.1. Atos Unilaterais	303
18.2. Promessa de Recompensa	303
18.3. Concurso de Direito Privado	307
18.4. Gestão de Negócios Alheios	309
18.5. Enriquecimento sem Causa	312
18.6. Pagamento Indevido	315

CAPÍTULO XIX

Responsabilidade Civil em Geral	319
19.1. Dimensões da Responsabilidade em Geral	319
19.2. A Responsabilidade no Direito	321
19.3. Noção de Responsabilidade Civil	323
19.4. Evolução da Responsabilidade Civil	324
19.5. Fundamentos da Responsabilidade Civil	327
19.6. Responsabilidade Civil Preventiva	328
19.7. Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano	330
19.8. Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil	332
19.9. Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial	335
19.10. Principais Espécies de Responsabilidade Civil	337
19.11. Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa)	338
19.12. Responsabilidade Civil Transubjetiva	340
19.13. Responsabilidade Civil Objetiva	341
19.14. Responsabilidade Civil sem Dano	343
19.15. Pré-Exclusão de Ilícitude e Responsabilidade Civil	343
19.16. Dano em Geral	344
19.17. Espécies de Danos	346
19.18. Dano Material	347
19.19. Dano Moral	348
19.20. Dano Estético	352
19.21. Dano Existencial	353
19.22. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas	354
19.23. Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga	355
19.24. Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual	356

CAPÍTULO XX

Reparação Civil	358
20.1. Dever de Reparação do Dano	358

20.2.	Direito à Reparação	359
20.3.	Espécies de Reparação	360
20.4.	Abrangência da Reparação	361
20.5.	Reparação Compensatória do Dano Moral	362
20.6.	Reparação Punitiva	364
20.7.	Reparação por Fato do Homem	366
20.8.	Reparação pelo Fato do Animal	369
20.9.	Reparação pelo Fato da Coisa	370
20.10.	Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal	372
20.11.	Reparações Específicas	373
20.12.	Liquidação	374
	Bibliografia	376

Paulo Lôbo

Direito Civil

Contratos

volume 3

7ª edição
2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteadó
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secondo Estela Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirine de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldini Filogônio Martília Cordeiro Nicolý Wasconcelos Razuk
Diagramação	Edson Colobone
Revisão	Carolina Massanhi
Capa	Casa de Ideias/Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo
Direito civil - volume 3: contratos / Paulo Lôbo. – 7. ed.
– São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
458 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-5559-348-8 (impresso)

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

20-0533

CDD 340
CDU 347(61)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito civil

Data de fechamento da edição: 16-11-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606891 CAE 742817

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Contrato	15
1.1. Concepções e Dimensões do Contrato	15
1.2. Modelo Romano do Contrato	19
1.3. Teoria Moderna ou Tradicional do Contrato.	20
1.4. Transformações ou Teoria Contemporânea do Contrato.	22
1.5. Responsabilidade Contratual e Responsabilidade Extracontratual . . .	27
1.6. Modelos Plurais dos Contratos na Contemporaneidade	29
1.7. Contratos de Consumo	31
1.8. Contratos Eletrônicos	35
1.9. Arbitragem nos Contratos	39
1.10. Contrato como Categoria da Ordem Econômica Constitucional	43
CAPÍTULO II	
Princípios do Contrato	48
2.1. Princípios Jurídicos e sua Classificação nos Contratos.	48
2.2. Princípio da Autonomia Privada Negocial.	49
2.2.1. Livre-Iniciativa e Liberdade Contratual.	54
2.3. Princípio da Força Obrigatória	56
2.4. Princípio da Relatividade dos Efeitos do Contrato.	57
2.5. Princípios Sociais dos Contratos	60
2.6. Princípio da Função Social	61
2.7. Princípio da Equivalência Material	63
2.8. Princípio da Boa-Fé Objetiva.	67
CAPÍTULO III	
Formação dos Contratos	72

3.1.	Momentos da Formação do Contrato	72
3.2.	Exteriorização de Vontade no Contrato	75
3.3.	Oferta	76
3.4.	Oferta ao Público	77
3.5.	Aceitação	78
3.6.	Negociações Preliminares e seus Efeitos	79
3.7.	Conduta Negocial Típica	82
3.8.	Formação do Contrato de Consumo	85
3.9.	Formação do Contrato Eletrônico	89

CAPÍTULO IV

Classes e Grupos de Contratos		92
4.1.	Contratos Atípicos	92
4.2.	Contratos Típicos	94
4.3.	Contratos Bilaterais	95
4.4.	Contratos Aleatórios	96
4.5.	Contrato Preliminar	98
	4.5.1. Promessa de Compra e Venda	101
4.6.	Contratos Mistos	103
4.7.	Contratos Coligados ou Conexos	105
4.8.	Contratos Relacionais	109
4.9.	Contratos Existenciais e Comunitários	111
4.10.	Contratos Incompletos	112

CAPÍTULO V

Massificação e Vulnerabilidade Contratuais.

Condições Gerais dos Contratos		114
5.1.	Massificação Contratual	114
5.2.	Condições Gerais dos Contratos	116
5.3.	As Condições Gerais dos Contratos na Legislação Brasileira	119
5.4.	Contrato de Adesão	121
5.5.	Formação e Eficácia das Condições Gerais dos Contratos	123
5.6.	Integração das Condições Gerais nos Contratos de Adesão	125
5.7.	Cláusulas Abusivas	127
5.8.	Vulnerabilidade Contratual	130
	5.8.1. Poder Negocial e Proteção do Contratante Vulnerável	131

CAPÍTULO VI

Efeitos de Contratos em Relação a Terceiros		134
6.1.	Estipulação em Favor de Terceiro	134

6.2.	Contratos com Eficácia Protetiva para Terceiros e a Teoria do Contato Social.	136
6.3.	Promessa de Fato de Terceiro.	138
6.4.	Contrato com Pessoa a Declarar	139

CAPÍTULO VII

	Garantias Legais aos Contratantes.	142
7.1.	Garantia Contra a Eviscção	142
7.2.	Garantia Contra os Vícios Redibitórios	147
	7.2.1. Contrato comutativo sobre coisas móveis ou imóveis.	148
	7.2.2. Tradição da coisa.	149
	7.2.3. Vício oculto	149
	7.2.4. Funcionalidade do vício.	150
	7.2.5. Decadência, pelo não exercício do direito	151
	7.2.6. Pretensões do adquirente: redibição e abatimento do preço. . .	152
7.3.	Responsabilidade por Vício nas Relações de Consumo	154
7.4.	Exceção de Contrato não Cumprido	159
7.5.	Exceção de Reforço de Garantia	161

CAPÍTULO VIII

	Interpretação e Integração dos Contratos	162
8.1.	Interpretação do Contrato Paritário.	162
8.2.	Critérios Legais da Interpretação Contratual.	166
8.3.	Pressupostos da Interpretação Contratual	170
8.4.	Interpretação Integrativa e Integração	171
8.5.	Integração dos Deveres Gerais de Conduta Negocial e sua Interpretação. .	173
8.6.	Interpretação das Condições Gerais do Contrato de Adesão	175
	8.6.1. Interpretação do Contrato de Adesão, Regulado pelo Código Civil	179
8.7.	Interpretação dos Contratos de Consumo	181

CAPÍTULO IX

	Revisão e Extinção do Contrato	183
9.1.	Revisão Legal e Judicial dos Contratos	183
9.2.	Modos de Extinção dos Contratos.	187
9.3.	Resilição Unilateral e Distrato.	189
9.4.	Resolução do Contrato	190
9.5.	Revisão ou Resolução por Onerosidade Excessiva Superveniente.	195
9.6.	Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i> , Teoria da Imprevisão e Teoria da Base do Negócio.	197

9.7.	Caso Exemplar de Mudança de Circunstâncias: a Mudança do Câmbio em 1999, no Brasil	201
9.8.	Frustração da Base do Negócio	202
9.9.	O Uso da Equidade para Revisão do Contrato Excessivamente Onerado	204
9.10.	Vantagem Superveniente pela Mudança de Circunstâncias	205
9.11.	Direito e Dever de Renegociação	206

CAPÍTULO X

Compra e Venda		208
10.1.	Conceito e Elementos do Contrato de Compra e Venda	208
10.2.	Unificação da Compra e Venda Civil e Mercantil e Favorecimento do Comprador	210
10.3.	Origem e Evolução da Compra e Venda	211
10.4.	Efeitos do Contrato de Compra e Venda e Transmissão da Propriedade	212
10.5.	Coisa Atual e Futura	214
10.6.	Venda Mediante Amostras, Protótipos ou Modelos	217
10.7.	Preço	218
10.8.	Deveres do Vendedor e do Comprador	223
10.9.	Repartição dos Riscos	226
10.10.	Vendas Proibidas em Razão de Determinadas Pessoas	229
10.11.	Venda de Imóvel por Medida ou Como Unidade	232
10.12.	Venda de Parte Ideal em Condomínio	237

CAPÍTULO XI

Compra e Venda: Cláusulas Especiais		240
11.1.	Retrovenda	240
11.2.	Venda a Contento ou Sujeita a Prova	246
11.3.	Preferência	250
11.4.	Venda com Reserva de Domínio	256
11.5.	Venda sobre Documentos	263

CAPÍTULO XII

Permuta		267
12.1.	Requisitos e Características do Contrato de Permuta	267
12.2.	Regras Comuns dos Contratos Aplicáveis à Permuta	269
12.3.	Coisas que Podem Ser Permutadas	270
12.4.	Regras da Compra e Venda Aplicáveis à Permuta	271
12.5.	Rateio das Despesas do Contrato	273
12.6.	Proibição de Permuta com Descendentes	274

CAPÍTULO XIII

Doação	276
13.1. Conceituação, Natureza e Características	276
13.2. Objeto da Doação e Liberalidades	278
13.3. Oferta de Doação e Quem Pode Aceitá-la	280
13.4. Promessa de Doação	284
13.5. Doações Meritórias, Remuneratórias ou Com Encargo	286
13.6. Formalidade da Doação	289
13.7. Doação como Adiantamento de Legítima de Herança Futura	291
13.8. Doações Especiais: Subvenções Periódicas, Casamento Futuro, Prole Eventual	293
13.9. Cláusula de Reversão da Doação	297
13.10. Doações Proibidas	298
13.11. Revogação da Doação	302

CAPÍTULO XIV

Contrato Estimatório	310
14.1. Noções e Características	310
14.2. Natureza do Contrato Estimatório	313
14.3. Objeto: Coisas Móveis Consignadas	315
14.4. Determinação do Preço ou Valor	316
14.5. Deveres das Partes	317
14.6. Prazo para o Exercício do Poder de Disposição	318
14.7. Restituição da Coisa Consignada	319
14.8. Impossibilidade da Restituição da Coisa e a Obrigação Alternativa ..	320
14.9. Impenhorabilidade da Coisa por Dívidas do Consignatário	323
14.10. Indisponibilidade da Coisa	324

CAPÍTULO XV

Locação de Coisas	327
15.1. Características da Locação de Coisas	327
15.2. Coisas e os Tipos de Locação	330
15.3. Posse e Uso pelo Locatário	331
15.4. Aluguel	333
15.5. Direitos e Deveres do Locador	335
15.6. Direitos e Deveres do Locatário	337
15.7. Alienação da Coisa Locada	338
15.8. Sublocação e Cessão	339
15.9. Extinção da Locação	341
15.10. Locação de Imóveis Urbanos	344

CAPÍTULO XVI	
Prestação de Serviços	349
16.1. Conceito e Abrangência.....	349
16.2. Distinções com os Contratos de Trabalho e de Empreitada.....	352
16.3. Profissional Liberal: Prestador de Serviços por Excelência.....	355
16.4. Remuneração.....	357
16.5. Prazo do Contrato.....	359
16.6. Extinção	360
CAPÍTULO XVII	
Empreitada.....	362
17.1. Conceito e Abrangência.....	362
17.2. Espécies de Empreitada.....	364
17.3. Tempo e Execução do Contrato.....	366
17.4. Preço da Obra	367
17.5. Recebimento da Obra	369
17.6. Subempreitada.....	370
17.7. Direitos e Deveres do Empreiteiro.....	370
17.8. Garantia de Segurança e Solidez da Obra	371
17.9. Deveres do Dono da Obra.....	374
17.10. Extinção do Contrato	375
CAPÍTULO XVIII	
Empréstimo.....	378
18.1. Conceito e Características do Comodato	378
18.2. Deveres do Comodante.....	381
18.3. Direitos e Deveres do Comodatário.....	381
18.4. Extinção do Comodato	383
18.5. Mútuo.....	384
18.6. Mútuo em Dinheiro	386
18.7. Direitos e Deveres das Partes no Mútuo	387
18.8. Extinção do Mútuo	389
CAPÍTULO XIX	
Depósito.....	390
19.1. Conceito, Natureza e Abrangência	390
19.2. Espécies de Depósito	393
19.3. Depósito de Bagagens em Hotéis e Similares.....	395
19.4. Direitos e Deveres do Depositante.....	396
19.5. Direitos e Deveres do Depositário	397

19.6.	Vicissitudes e Fim da Prisão do Depositário Infiel.	400
19.7.	Extinção	401
CAPÍTULO XX		
	Mandato	403
20.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	403
20.2.	Procuração: Instrumento do Mandato.	405
20.3.	Poderes de Representação: Outorga e Exercício.	408
20.4.	Excesso e Abuso dos Poderes	409
20.5.	Pluralidade de Mandantes ou de Mandatários.	411
20.6.	Mandatário: Capacidade, Direitos e Deveres.	412
20.7.	Mandante: Direitos e Deveres	414
20.8.	Mandato em Causa Própria.	415
20.9.	Mandato Judicial.	416
20.10.	Substabelecimento.	418
20.11.	Extinção	419
CAPÍTULO XXI		
	Fiança	423
21.1.	Conceito, Pressupostos, Abrangência.	423
21.2.	Efeitos da Fiança	426
21.3.	Benefícios de Ordem e de Divisão	428
21.4.	Responsabilidade do Fiador e Hipóteses de Exoneração	430
21.5.	Extinção	433
CAPÍTULO XXII		
	Transação	436
22.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	436
22.2.	Espécies de Transação	438
22.3.	Efeitos da Transação	440
22.4.	Invalidades e Exclusões	441
22.5.	Extinção	443
	Bibliografia	445

Paulo Lôbo

Direito Civil

Sucessões

volume 6

7ª edição
2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteadó
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sergio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari Esteia Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolly Wasconcelos Razuk
Diagramação	SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão	Carmem Becker
Capa	Casa de Ideias/Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Perreira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lóbo, Paulo
Direito civil - volume 6: sucessões / Paulo Lóbo. – 7.
ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
386 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-5559-367-8 (impresso)

1. Direito civil – Brasil. 2. Direito das sucessões. I. Título.

20-0723 CDD 344.7
CDU 347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito das sucessões . Direito civil

Data de fechamento da edição: 14-11-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606889 CAE 744686

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
CAPÍTULO I	
Concepção, Âmbito, Evolução e Constitucionalização do Direito das Sucessões	17
1.1. Concepção	17
1.2. Evolução do Direito das Sucessões no Brasil.....	22
1.3. Interações com Outras Áreas do Direito.....	28
1.4. Abertura da Sucessão: Morte Real ou Presumida da Pessoa Física	30
1.5. Herança como Ente não Personalizado.....	34
1.6. <i>De Cujus</i> e os Demais Figurantes do Direito das Sucessões	35
1.7. O Lugar no Direito das Sucessões: Conflito de Leis no Espaço...	38
1.8. O Tempo no Direito das Sucessões: Direito Intertemporal	40
1.9. Direito à Herança	44
1.10. Função Social no Direito das Sucessões	47
CAPÍTULO II	
Sucessão Hereditária em Geral	50
2.1. Sucessão e Herança	50
2.1.1. Objeto da herança	51
2.1.2. Pacto sucessório.....	53

2.2.	Aquisição da Herança: <i>Saisine</i>	54
2.3.	Efeitos Jurídicos da <i>Saisine</i> Plena.....	59
2.4.	Aceitação da Herança.....	61
2.5.	Modalidades de Aceitação da Herança.....	64
2.6.	Situações Vedadas na Aceitação da Herança	67
2.7.	Renúncia da Herança ou do Legado.....	68
2.8.	Legitimação para Suceder.....	72
2.9.	Administração da Herança	74
2.10.	Cessão da Herança	75
2.11.	Responsabilidade da Herança pelas Dívidas e Demais Encargos....	79

CAPÍTULO III

Sucessão Legítima	81	
3.1.	Concepção e Características	81
3.2.	●rdem da Vocação Hereditária	83
3.3.	Herdeiros Necessários	85
3.4.	Legítima dos Herdeiros Necessários ou Parte Indisponível.....	86
3.5.	Parte Disponível.....	90
3.6.	Dever de Redução do Excesso da Parte Disponível.....	91
3.7.	Multiparentalidade e Sucessão Hereditária	98

CAPÍTULO IV

Dever de Colação na Sucessão Legítima Necessária.....	101	
4.1.	Colação.....	101
4.2.	Adiantamento da Legítima dos Herdeiros Necessários.....	104
4.3.	Doação entre Cônjuges e entre Companheiros.....	106
4.4.	Doações Excluídas da Colação	107
4.5.	Consideram-se os Valores Atribuídos nas Datas das Doações.....	108
4.6.	Hipóteses de Devolução em Espécie.....	111

4.7.	Cálculo do Valor do Adiantamento da Legítima.....	112
4.8.	Legitimados Ativos e Passivos da Colação.....	114
4.9.	Colação Voluntária.....	116
4.10.	Dispensa da Colação.....	116

CAPÍTULO V

Sucessão dos Descendentes e Ascendentes		119
5.1.	Descendentes Sucessíveis.....	119
5.2.	Princípio da Coexistência e Nascituros.....	123
5.3.	Filhos não Concebidos (Concepturos)	126
5.4.	Descendentes Socioafetivos e a Sucessão Legítima	128
5.5.	Cálculo da Quota Hereditária do Descendente	129
5.6.	Direito de Representação	130
5.7.	Sucessão dos Ascendentes.....	135

CAPÍTULO VI

Direitos Sucessórios do Cônjuge		137
6.1.	Cônjuge como Herdeiro Legítimo e Necessário.....	137
6.2.	Sucessão do Cônjuge Separado de Fato	139
6.3.	Direito Real de Habitação do Cônjuge Sobrevivente.....	143
6.4.	Concorrência do Cônjuge Sobrevivente com os Parentes Sucessíveis.....	146
6.5.	Sucessão Concorrente no Regime de Comunhão Parcial	149
6.6.	Sucessão Concorrente nos Regimes de Comunhão Universal ou de Participação Final nos Aquestos.....	152
6.7.	Sucessão do Cônjuge Sobrevivente no Regime de Separação Total	155
6.8.	Quota Sucessória do Cônjuge em Concorrência com Descendente	157
6.9.	Direito Sucessório do Cônjuge no Casamento Putativo.....	159

CAPÍTULO VII

Direitos Sucessórios do Companheiro na União Estável	162
7.1. Configuração da União Estável	162
7.2. Evolução do Direito Sucessório do Companheiro.....	163
7.3. Direito Real de Habitação para o Companheiro Sobrevivente	165
7.4. Direito Sucessório do Companheiro no Código Civil	166
7.5. Igualdade de Direitos Sucessórios entre Cônjuges e Companheiros	170
7.6. Direito Sucessório na União Homoafetiva.....	174
7.7. Direitos Sucessórios dos Companheiros de Uniões Simultâneas....	175
7.8. Direitos Sucessórios nas Uniões Estáveis Putativas	178

CAPÍTULO VIII

Sucessão dos Parentes Colaterais e da Fazenda Pública. Heranças Jacente e Vacante	179
8.1. Parentes Colaterais Sucessíveis.....	179
8.2. Contagem dos Graus e Espécies de Parentes Colaterais	180
8.3. Irmãos Unilaterais e Bilaterais	181
8.4. Direito de Representação na Sucessão Colateral	182
8.5. Concorrência entre Tio e Sobrinho	184
8.6. A Fazenda Pública como Herdeira Legítima	185
8.7. Herança Jacente	187
8.8. Herança Vacante	189

CAPÍTULO IX

Os que não Podem Suceder	191
9.1. Herdeiros que não Podem Participar da Herança.....	191
9.2. Pessoas não Legitimadas a Suceder o <i>De Cujus</i>	192
9.3. Herdeiros Excluídos da Sucessão por Indignidade	195
9.4. Natureza Judicial da Exclusão.....	199

9.5.	Efeitos da Exclusão por Indignidade.....	201
9.6.	Reabilitação do Excluído da Herança	203
9.7.	Deserdação	204
9.8.	Causas e Provas da Deserdação	206
9.9.	Inconstitucionalidade da Deserdação	209

CAPÍTULO X

	Sucessão Testamentária em Geral.....	211
10.1.	Sucessão Testamentária.....	211
10.2.	Testamento	213
10.3.	Outras Finalidades Patrimoniais e Extrapatrimoniais do Testamento	215
10.4.	Capacidade e Legitimidade para Testar.....	217
10.5.	Legitimidade para Suceder por Testamento	218
10.6.	Testamenteiro	219
10.7.	Invalidade do Testamento.....	222
10.8.	Mudança das Circunstâncias do Testamento	225
10.9.	Interpretação do Testamento	226
10.10.	Testemunhas Testamentárias	227
10.11.	Substituição do Herdeiro ou Legatário	230
10.12.	Fideicomisso	231
10.13.	Hipóteses de Caducidade do Fideicomisso	236
10.14.	Revogação do Testamento	238
10.15.	Rompimento ou Ruptura do Testamento	240

CAPÍTULO XI

	Espécies de Testamento.....	243
11.1.	Testamentos Ordinários e Especiais.....	243
11.2.	Testamento Público.....	244
11.3.	Testamento Cerrado.....	249

11.4. Testamento Particular	254
11.5. Testamento Simplificado.....	258
11.6. Testamento Marítimo	260
11.7. Testamento Aeronáutico	261
11.8. Testamento Militar	262
11.9. Codicilo.....	263
11.10. Testamento Vital.....	265

CAPÍTULO XII

Disposições Testamentárias, Legados e Direito de Acrescer	270
12.1. Disposições Testamentárias	270
12.2. Sujeitos e Objetos das Disposições Testamentárias.....	271
12.3. Pluralidade de Herdeiros Designados	273
12.4. Validade, Eficácia e Conservação das Disposições Testamentárias	274
12.5. Disposições Testamentárias Sujeitas a Condição e a Motivo.....	276
12.6. Disposições Testamentárias Sujeitas a Encargo e a Termo	279
12.7. Cláusulas de Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade	281
12.8. Interpretação das Disposições Testamentárias.....	283
12.9. Legados e seus Variados Modos.....	285
12.10. Eficácia e Ineficácia do Legado.....	290
12.11. Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários	296

CAPÍTULO XIII

Inventário, Petição de Herança e Partilha	300
13.1. Inventário e suas Modalidades	300
13.2. Inventariante.....	303
13.3. Inventário Extrajudicial.....	305
13.4. Petição de Herança.....	307

13.5. Herdeiro Aparente e Adquirente de Boa-Fé.....	312
13.6. Sonegados.....	313
13.7. Pagamento das Dívidas	315
13.8. Partilha	319
13.8.1. Sobrepartilha.....	322
13.9. Partilha em Vida	322
13.10. Planejamento sucessório.....	325
13.11. Transmissão de Valores com Dispensa de Inventário.....	327
Bibliografia.....	329